



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

**ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS - CERH-PA**

1 Aos 19 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, realizou-se no Centro Integrado de
2 Monitoramento Ambiental- CIMAM, a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
3 Recursos Hídricos do Pará - CERH-PA, sob a presidência da Diretora da Diretoria de
4 Recursos Hídricos - DIREH, **em exercício, Sra. Sheyla Cristina Silva de Almeida Brasil**
5 e dos seguintes Conselheiros: Verônica Jussara Costa Bittencourt representante da
6 SEMAS; Edilaine Cristina Pamplona Menezes representante da SECTET; Maria de Belem
7 de Nazareth Gomez representante da SEPLAD; Camila Mesquita Salim representante da
8 EMATER; Roberta da Silva Souza representante da SESPA; José Abílio Barros Ohana,
9 representante da FAPESPA; Waldemar Viana de A. Júnior, representante do IDEFLOR-
10 BIO; Pedro Paulo da Costa Mota representante do CREA; Patricia Guimarães da Rocha
11 representante da OAB/PA; Haroldo Luís Pessoa Picanço representante da ABES/PA;
12 Enildo Charles Mendes Cardoso representante do Instituto Lá no Manguê; Giovanni
13 Chaves Penner, representante da UFPA; Silvana do Socorro Veloso Sodré representante
14 da UFRA; Assis de Souza Neto representante do SINDARPA; Jorge Luiz Botelho Soares,
15 representante da FAEPA; Derick Pantoja Martins, representante da FIEPA Layla Maria
16 Monteiro Gomes de Barros, representante da COSANPA; Jardel Rodrigues da Silva
17 representando a AMAT/Carajás, Jorge Antônio Santos Bittencourt, representante do
18 FOPESMMA e Carlos Alberto do Amaral, representante da CEPAPA. Estiveram presentes
19 oito visitantes nesta reunião: Jessica Caliberti (IFPA), Helisandra Pires (IFPA), Wilson
20 Oliveira (MPE/GATI), Pedro Paulo Bittencourt (SINDIAMBIENTAL), Luiza R. Mesquita
21 (PGE/CONJUR), Amanda Razuco Magno (ARSEP) e Mariza Santos (AMAT), Augusto
22 Fernando (SEMAS), e ainda os servidores da SEMAS: Alan Silva, Waldeli Mesquita,
23 Regina Magna Souza e Diogo Oliveira, para discutir as seguintes Pautas: 1-
24 Apresentação e aprovação da 31ª Ata da Reunião Ordinária do CERH de 04/12/2019; 2-
25 Apresentação e aprovação do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos; 3-
26 Avaliação e aprovação das Metas do PROGESTÃO Ciclo 2 de 2019; 4- Apresentação e
27 validação do Produto 5 do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH (Consolidação
28 do Prognóstico); 5- O que ocorrer. **A Sra Sheyla Brasil** iniciou a reunião dando as boas
29 vindas aos presentes e sugerindo mudanças na ordem dos pontos de pauta para agilizar
30 o andamento das discussões e assim passou a palavra ao representante da COBRAPE
31 Sr. Christian Taschelmayer para apresentar o Produto 5 referente ao PERH/PA –
32 Consolidação do Prognóstico. **A Sra Sheyla** informou que seria uma apresentação e não
33 ainda a validação, vez que o produto 5 apresentado ainda encontra-se em avaliação tanto
34 pela Câmara Técnica do PERH como pelo Grupo de Trabalho – GT do PERH e, por isso,
35 essa seria uma apresentação para que o CERH tivesse conhecimento de como estavam
36 os trabalhos do Plano Estadual de Recursos Hídricos- PERH-PA. Assim sendo, o Sr.
37 Christian iniciou a apresentação informando que o Plano encontrava-se na fase do
38 produto 5, fez um relato das consultas Públicas ocorridas em novembro e dezembro de
39 2019. Informou como ocorreu a rodada dessa Consulta Pública, nos municípios de
40 Santarém, Altamira, Belém e Marabá, ressaltando que houve um número menor de
41 participantes, mas que alcançaram bons resultados. Informou que a metodologia utilizada,
42 foi a metodologia participativa SWOT, expressão em inglês que no português é conhecida
43 por FOFA, cujo significado é pautado em 04 adjetivos, a saber, força, oportunidade,
44 fraqueza e ameaça. Sua proposta foi baseada na aplicação de um questionário e um
45 grande mapa, denominado de “Mapa Vivo” para que os participantes ao identificarem no
46 questionário problemas de cunho ambiental enfrentados em suas regiões, pudessem



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

47 apontá-los no Mapa Vivo, em seus respectivos municípios. A partir dessas análises, esses
48 dados geraram subsídios para as próximas fases assim como as próprias informações
49 que foram estudadas desde o diagnóstico e prognóstico para delimitar a prioridade de
50 programas e ações que o Plano prevê para ser executado em curto médio e longo prazo
51 em até vinte anos. Em seguida o Sr. Carlos Amaral perguntou sobre a base utilizada para
52 o levantamento dessa análise e o Sr Christian respondeu que os estudos já haviam sido
53 elaborados com base em outros planos em escalas maiores e menores conforme os
54 Planos que já foram elaborados pela Agência Nacional de Águas. Informou também que o
55 Plano Estadual está sendo elaborado em três fases, constituídas de diagnóstico,
56 prognóstico e programas e metas e que o Plano Estadual, portanto, tem incorporado
57 essas informações. Em seguida o Sr. Haroldo Picanço da ABES, questionou sobre a
58 representatividade nas consultas públicas principalmente em Altamira e Santarém onde a
59 frequência dos usuários foi baixa e qual o fator que contribuiu para isso, ao que o Sr.
60 Christian esclareceu que a frequência do setor dos usuários foi baixa em todas as
61 consultas, embora os convites para participação tivessem sido iguais para todos os
62 setores, tendo na última rodada ocorrido uma tentativa maior de mobilizar todos os
63 setores e ressaltou ainda que para a próxima rodada de consultas públicas estavam
64 adotando medidas para que essa baixa na participação dos usuários não ocorresse
65 novamente. Em seguida a Sra. Verônica da SEMAS, ressaltou quanto a esse aspecto, a
66 preocupação da SEMAS como órgão gestor e coordenador desse trabalho, alegando que
67 na rodada de consulta pública realizada em dezembro, houve uma redução com relação
68 ao número de participantes. E que esse fato, propiciou uma reunião em dezembro entre
69 SEMAS e COBRAPE pra dialogar sobre esse assunto, porque a SEMAS era responsável
70 pelos convites e pela mobilização das Consultas Públicas e que na referida reunião,
71 destacou-se alguns pontos que considerou como chaves na apresentação da primeira e
72 da segunda rodada, o que ensejou uma solicitação para que a empresa modificasse a
73 metodologia de apresentação, pois houve reclamações de quem participou das consultas
74 sobre esse aspecto e a empresa se comprometeu em providenciar a contratação de uma
75 empresa especializada, que trabalhasse com uma metodologia própria em consultas
76 públicas de uma forma mais didática durante as apresentações das consultas, pois parte
77 da equipe da Semas acredita que um dos pontos que contribuiu para a baixa frequência
78 foi a forma de apresentação, que pode não ter despertado interesse nas pessoas em
79 participar. Verônica afirmou ainda que a aplicação dos questionários também não foi
80 eficiente, pois não houve uma orientação prévia quanto ao preenchimento do mesmo e
81 também não houve uma discussão com o GT do PERH antes da realização da segunda
82 rodada; E que antes dessa rodada houve uma reunião com a empresa e esta situação foi
83 colocada, pois foram identificadas várias falhas, mas a empresa alegou não ter tido tempo
84 de se adequar conforme solicitado. Verônica ressaltou que a segunda rodada aconteceu,
85 mas não foi a contento como era esperado pela equipe da SEMAS, mas após essa
86 consulta, em reunião com o Coordenador Geral da empresa em Belém, houve o
87 comprometimento de se acatar todos os pontos colocados pela equipe da SEMAS e
88 espera-se que na próxima rodada seja diferente. E que a SEMAS também reconheceu as
89 suas falhas com relação a mobilização ocorridas por problemas internos. Em seguida a
90 Sra. Silvana, representante da UFRA, manifestou-se concordando com a avaliação da
91 Sra. Verônica e ressaltou a forma de como a Empresa com larga experiência conduziu as
92 consultas de uma forma frágil e de apenas no final se comprometer em fazer os ajustes.
93 Em seguida, o Sr. Waldemar, representante do IDEFLOR-BIO apontou que já foi servidor
94 da SEMAS e continuava como membro do Grupo de Trabalho do Plano e concordava
95 com o que fora abordado pela Sra. Verônica, opinando ainda que para as consultas
96 públicas, deveriam ter sido feitas oficinas prévias com os participantes para que eles



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

97 pudessem entender o que seria abordado, pois o tempo de duração previsto para as
98 Consultas não foi suficiente para aplicação dos mapas vivos e questionários utilizados,
99 sendo pouco tempo para entendimento e elaboração. Em seguida a Sra. Patrícia da OAB
100 manifestou-se concordando com o conselheiro Waldemar, mas falou da dificuldade em se
101 compreender o tema Recursos Hídricos e conduzir a política devido a sua especificidade,
102 até para alguns Conselheiros que podem apresentar dificuldade para dominar o assunto.
103 Relatou que esteve presente na Consulta Pública em Belém e ficou satisfeita com o
104 formato, mas concordou com o Sr. Waldemar quanto a importância de haver metodologias
105 de cunho preparatórias nessas audiências, mas de modo geral ficou satisfeita, mas que
106 precisava melhorar. Em seguida o Sr. Carlos Amaral da CEPAPA, posicionando-se quanto
107 ao Plano, falou que o considerava extraordinário e que já era um produto, havendo nele
108 dificuldades, mas cabia corrigir, em sua opinião, ele mostrava que o usuário, a sociedade,
109 os pescadores e suas entidades nada sabiam sobre Recursos Hídricos e isso precisava
110 ser combatido e era o que ele estava fazendo ali. Prosseguindo, falou o que o Plano
111 mostrava, o Governo não dava atenção. Reportou-se a Sra. Verônica concordando com
112 as oficinas e sugeriu que nelas, fosse falado sobre o papel da SEMAS, e do CERH, e por
113 último ressaltou a importância da criação de Comitê de Bacias Hidrográficas. Sobre a
114 mobilização, falou que era uma questão econômica e financeira e que o Conselho deveria
115 discutir questões maiores na área de Recursos Hídricos no âmbito do Estado. Em seguida
116 a Sra. Maria de Belem da SEPLAD, antiga SEPLAN, manifestou-se sobre a questão da
117 metodologia nas Consultas, concordando com o que os outros membros já haviam falado
118 de haver oficinas prévias para não haver erros futuros sob pena de comprometer o Plano.
119 Logo após, o Sr. Abílio, representante da FAPESPA, manifestou-se sobre a metodologia,
120 achando importante o preenchimento das fichas por participante nesse produto, e que
121 dessa forma seria mais viável para avaliar os percentuais que haviam colocado de forças
122 e fraqueza, oportunidades e ameaças incluídos no relatório. Além disso saber qual foi a
123 representatividade de respostas aproveitadas por participantes e conhecer o grau de
124 entendimento de cada um deles. Em relação ao método da análise SWOT, considerava
125 que era um método, apesar de simples, para quem está acostumado, mas complexo para
126 o entendimento de pessoas leigas, não sendo um método para ser compreendido em
127 poucas horas de reunião. Em seguida, a **Sra. Sheyla** perguntou ao Sr. Christian se o
128 mesmo gostaria de se manifestar. E o Sr. Christian falou que os comentários foram muito
129 bons, mas que a mobilização era um fator importante para que as consultas tivessem uma
130 boa adesão, pois estas teriam que ser intensivas. Afirmou que a preocupação com as
131 oficinas prévias eram bem válidas também, pois as consultas públicas sempre foram uma
132 preocupação entre a COBRAPE e a SEMAS, pois a mobilização era o ponto chave para
133 haver maior participação. Falou que estavam em contato com empresas para a facilitação
134 e a condução das consultas públicas para a terceira rodada. Em seguida a **Sra. Sheyla**
135 **Brasil** fez algumas considerações: informou que o GT apresentou uma proposta de
136 mobilização bem diferenciada das primeiras rodadas e estavam sob a avaliação da
137 coordenação da DIREH. Informou também que a Diretoria de Gestão Socioeconômica-
138 DGSOCIO apoiou a primeira e segunda rodada, deslocando-se com antecedência aos
139 municípios para a realização de Oficinas com as comunidades tradicionais para que
140 tivessem um melhor entendimento sobre as metodologias. Na segunda rodada, houve
141 uma maior participação dessas comunidades em decorrência disso. Falou ainda que a
142 DIREH está propondo reuniões preliminares às consultas públicas, e que a SEMAS tem
143 custeado diárias e passagens para o deslocamento das comunidades tradicionais para a
144 participação nas consultas públicas. Informou também que todos os pontos levantados
145 nesta reunião, serão apontados no plano de ações que estão em trabalho de discussão.
146 Informou que houve uma reunião no CIMAM do Grupo de Trabalho do Plano para



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

147 apresentar uma proposta sobre o que eles esperam desse Plano, quais os planos e ações
148 feitos do que foi observado da construção até o produto 5. Quanto aos questionamentos
149 do Sr. Abílio, falou que as contribuições são recebidas nas reuniões ou enviadas para o
150 Website do Plano e também são apresentadas para a Câmara Técnica do Plano;
151 ressaltou ainda que ocorreram sete reuniões da Câmara Técnica do Plano, contudo, a
152 frequência dos participantes foi bem reduzida e poucas contribuições apresentadas pelos
153 conselheiros dentro do produto. Neste sentido, solicitou que a Câmara Técnica fosse mais
154 participativa nas reuniões e propusesse mais contribuições aos produtos do PERH. Em
155 seguida, a Sra. Patrícia da OAB, solicitou que os Conselheiros do CERH recebessem a
156 agenda das reuniões das Câmaras Técnicas para que eles pudessem acompanhar os
157 trabalhos. **A Sra. Sheyla** acatou. Em seguida a Sra. Silvana representante da UFRA fez
158 um questionamento ao Sr. Christian sobre a participação popular, como esta poderia ser
159 vista no Plano e qual o percentual de participação popular seria efetivo pra esse tipo de
160 avaliação e se a COBRAPE já teria uma ideia com relação a isso. Falou também com
161 relação à frequência das reuniões das Câmaras Técnica e do Conselho, a qual foi
162 enviada e foi identificado que a frequência foi muito baixa e falou que há necessidade de
163 fazer uma avaliação sobre essa frequência. Com relação as contribuições referentes ao
164 Plano, apresentadas pela CTPERH, alegou que quando chegam às reuniões para
165 apresentação dos produtos, o conteúdo continua da mesma forma, demonstrando não
166 terem sido acatadas as contribuições. **A Sra. Sheyla** ponderou que os comentários e
167 adequações que tem sido encaminhados à empresa, a mesma tem dado feedback e
168 explicado o motivo pelo qual acatou ou não as contribuições ou ajustes. Em seguida a
169 Sra. Layla, representante da COSANPA, falou que encaminhou por e-mail contribuições
170 ao Produto 4, mas não visualizou no Plano e gostaria de saber em que momento isso iria
171 ocorrer. O Sr. Christian respondeu à pergunta da Sra. Silvana, informando que o público
172 das comunidades tradicionais era o mais participativo, a DGSOCIO, fez uma oficina com
173 esse público na véspera de cada reunião e eles foram o maior percentual nas consultas
174 públicas. O ideal seria o retorno paritário. Quanto à resposta da representante da
175 COSANPA, falou que será contemplado na próxima revisão do produto 4. Finalizadas as
176 discussões desse primeiro ponto da Pauta, **A Sra. Sheyla**, informou o próximo, a saber, a
177 apresentação e aprovação da Ata de reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro
178 de 2019. Questionou se algum conselheiro tinha alguma contribuição ou correção a fazer
179 na ata, para correção e impressão de nova Ata. Não havendo nenhuma contribuição, a
180 Ata foi aprovada com duas abstenções. A Sra. Verônica com a palavra, informou que no
181 caso alguém não tenha recebido algum documento encaminhado junto com a convocação
182 de reunião, deve retornar o e-mail solicitando à Secretaria Executiva do CERH, tais
183 documentos. Com relação à Pauta, ressaltada na reunião, informou também que esta
184 poderia ter contribuições de todos os Conselheiros. A SEMAS elaborava as pautas,
185 conforme os assuntos importantes a serem discutidos nas reuniões, mas os conselheiros
186 estariam livres para sugestões de pauta. Em seguida **A Sra. Sheyla**, passou para o
187 segundo ponto de pauta que foi a apresentação e aprovação do Plano Estadual de
188 Capacitação em Recursos Hídricos que foi apresentada pelo Servidor da SEMAS Sr. Alan
189 Saraiva. Ela lembrou que este Plano já foi apresentado em reunião anterior e que já foram
190 pautadas algumas informações de construção desde o início. Em seguida o Sr. Alan
191 iniciou a apresentação, abordando os principais pontos, sendo acompanhado pelos
192 conselheiros, os quais já haviam recebido o documento para ciência e contribuições na
193 reunião. A Sra. Edilaine da SECTET manifestou-se primeiramente para parabenizar a
194 SEMAS pelo trabalho e dirigiu-se aos conselheiros sugerindo que em relação aos novos
195 conselheiros fosse avaliada a realização de um nivelamento de capacitação e caso
196 acatado, que fosse comunicado para que ela pudesse se agendar para participar. O Sr.



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

197 Giovanni da UFPA concordou com a sugestão da Sra. Edilaine e viu uma questão quanto
198 ao primeiro curso, Lei das Águas que fala da Política Nacional dos Recursos Hídricos, Lei
199 Federal, informando que a mesma poderia ser associada a nossa política estadual, pois
200 ajudaria aos nossos participantes compreender a política estadual e outra questão
201 fundamental, o Comitê de Bacias Hidrográficas, que ele considerava importante, mas que
202 existiam outras formas de organização da sociedade na participação da gestão de
203 recursos hídricos indicado pela Agência Nacional das Águas – ANA como Consórcios,
204 Comitê gestor entre outros. Em seguida o Sr. Charles do Instituto Lá no Mangue
205 pronunciando-se, analisou esses cursos no âmbito dos usuários do Comitê de Marapanim
206 para que tenham oportunidade de ampliar seus conhecimentos, com os Cursos EAD, à
207 distância, todos os 12 municípios do Comitê teriam essa oportunidade. Apoiou a sugestão
208 do Prof. Giovanni quanto às novas formas de organização da sociedade na participação
209 da gestão de recursos hídricos. Franqueada a palavra, o Sr. Haroldo da ABES
210 parabenizou o trabalho da elaboração do Plano e falou que a ABES também estava
211 elaborando um Plano Estadual de Saneamento. Achava que a capacitação dos
212 Conselheiros poderia ser espelhada nas demandas das Consultas Públicas e igualmente
213 importante, na questão do Saneamento também demandada nessas audiências e que
214 poderiam ser enquadrados nesses cursos à distância como forma de enriquecer e nivelar
215 os conhecimentos dos Conselheiros do CERH. Em seguida a Sra. Camila da EMATER,
216 pronunciando-se, perguntou sobre uma capacitação para o papel do Conselheiro. Propôs
217 um grupo de trabalho para estudar questões relacionadas às problemáticas e outras
218 demandas de recursos hídricos. A Sra. Edilaine da SECTET, manifestou-se reportando-se
219 a questão do nivelamento sugerido anteriormente por ela e falou que esse nivelamento ao
220 novo conselheiro seria de informações gerais objetivos, finalidade, histórico já feitos pelo
221 Conselho. O Sr. Haroldo da ABES fez uma observação quanto ao nivelamento de
222 recursos hídricos, informando que quando se vai participar de um conselho de Recursos
223 Hídricos se supõe que os órgãos tendem a encaminhar pessoas que tivessem algum grau
224 de conhecimento mínimo na área, e, portanto, o nivelamento de conhecimento sobre
225 Conselho seria como funciona, ver regimento, estatuto etc, que foi o que buscou fazer
226 quando foi participar desse conselho, se esforçando em ler sobre o estatuto, legislação
227 para se inteirar e dar sua contribuição ao conselho. Perguntou se quando entra novo
228 conselheiro, se existe uma forma de atualização, se o Plano prevê um mecanismo para
229 aqueles que vão entrar no conselho. A Sra. Verônica manifestando-se, ressaltou que o
230 Plano de Capacitação era muito importante enquanto Estado do Pará, pois o Estado do
231 Pará é o único estado do país que tem na lei como instrumento a Capacitação e
232 Educação Ambiental em Recursos Hídricos. Afirmou, que desde 2007, a SEMAS atua em
233 educação ambiental em recursos hídricos, possuindo uma equipe que trabalha nessa
234 área e, por isso, a necessidade de fortalecer essa atuação, considerando ainda o fato de
235 a capacitação ser uma meta do PROGESTÃO. A SEMAS tinha esse contrato com a
236 Agência Nacional de Águas e recebia recurso para isso. Foi dado um grande passo
237 porque não havia planejamento oficial para execução das ações na área de capacitação e
238 educação ambiental em recursos hídricos e, a partir do momento em que se tornou uma
239 meta do PROGESTÃO, a SEMAS como órgão gestor, foi obrigada a elaborar o Plano.
240 Isso fez com que o Estado instituísse o Plano por meio do Conselho Estadual de
241 Recursos Hídricos, de uma Câmara Técnica, que acompanhou todo o processo de
242 elaboração e com Professores das Universidades do Estado. Verônica afirmou ainda, que
243 a partir da data em que o Conselho aprovasse o Plano, seria um grande avanço, pois ele
244 entraria na agenda de Governo e receberia recursos, pois com a aprovação o governo
245 teria uma meta cumprida do ano de 2019, e teria que confirmar a aprovação do Plano até
246 março de 2020, ou seja, o conselho não trabalhou em vão e nem a Câmara Técnica,



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

247 sendo que com o PROGESTÃO, vários Estados tiveram o seu Plano aprovado e vêm
248 executando suas ações de capacitação. Em seguida a **Sra. Sheyla Brasil**, ressaltou com
249 relação ao Plano, que a proposta de quadro de cursos é uma proposta flexível, que a
250 cada ano, poderia ser reavaliado, pois a ANA dava essa abertura, sendo que nesse ano
251 de 2020, tinha que se trabalhar as prioridades. Afirmou que existem também as parcerias
252 para o cumprimento dessa meta; que para 2020 as prioridades elencadas no quadro de
253 cursos, poderão ser mudadas em 2021 e ressaltou a importância da aprovação do Plano.
254 Em seguida, o Sr. Carlos Amaral teceu considerações sobre o Plano, confirmando a sua
255 satisfação com ele, mas também ressaltando alguns pontos que considerava importante
256 para a sua categoria que seriam as questões básicas como direcionar a capacitação para
257 o que considera importante como, por exemplo, os conflitos da água, a fiscalização das
258 barragens, a situação dos ribeirinhos, quilombolas. Ressaltou a importância da existência
259 do Comitê de Bacia, porque é onde eles poderiam discutir as questões locais. Em
260 seguida, o Sr. Alan retornou a exposição sobre o Plano de capacitação, informando ao Sr.
261 Carlos que a sua demanda havia sido contemplada no Plano num curso denominado
262 Mediação de Conflito em Recursos Hídricos. Em seguida, a **Sra Sheyla Brasil** colocou
263 em votação para aprovação o Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos.
264 Após a votação, o Plano foi aprovado por unanimidade. E em seguida a **Sra. Sheyla**
265 **Brasil** leu uma Declaração aprovando o Plano e passou juntamente com uma relação dos
266 nomes dos Conselheiros que aprovaram o Plano, para assinatura. Prosseguindo, o Sr.
267 Alan respondeu a um questionamento do Prof. Giovanni sobre o curso Gestão em
268 Recursos Hídricos e seus Aspectos Institucionais e Legais, demonstrando que esse curso
269 atendia a legislação estadual e que também o quadro de cursos contemplava as
270 temáticas reivindicadas, a saber, sobre o papel do conselho e sobre o saneamento.
271 Prosseguindo, a **Sra. Sheyla Brasil**, passou para o próximo ponto de pauta: Aprovação
272 do Plano de Aplicação Plurianual de Recursos Financeiros do PROGESTÃO Ciclo II, que
273 na Pauta estava equivocado, mas que já havia sido ajustado. Explicou que para este
274 ponto de pauta, o GT PROGESTÃO após 02 reuniões com equipe técnica da SEMAS
275 avaliou as duas propostas de metas a serem alcançadas no âmbito do Programa
276 Progestão que são as metas federativas e as metas estaduais. A **Sra. Sheyla Brasil** fez
277 uma exposição sobre o Quadro de Metas, enviado anteriormente para conhecimento de
278 todos os conselheiros, e ressaltou os principais pontos. No Cronograma apresentado
279 referente ao Progestão Ciclo 2 para 2020, informou que o mesmo deverá ser
280 acompanhado pelo Conselho. Em seguida, abriu para questionamentos da plenária. A
281 Sra. Silvana da UFRA perguntou se não seria interessante deixar cada meta ou cada
282 atividade linkada com a meta do PROGESTÃO, com um determinado setor ou uma
283 pessoa responsável para poder identificar quem estaria responsável pelo
284 desenvolvimento disso. A **Sra. Sheyla** falou que vai ficar registrado e enviado ao GT do
285 PROGESTÃO para ver qual setor estará acompanhando diretamente esta meta. Em
286 seguida a **Sra. Sheyla** colocou em votação e foi aprovado o Quadro de Aplicação de
287 Recursos do PROGESTÃO Ciclo II com 17 votos e três abstenções. No item O que correr,
288 a Sra. Sheyla discorreu sobre algumas informações, sendo a primeira sobre a Renovação
289 do Mandato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que se encerrará em
290 19.10.2020, informando que a Secretaria Executiva do CERH irá conduzir o processo de
291 recondução do mandato conforme Decreto Estadual 1.556/2016 e Artigo 5 da Resolução
292 17 do Conselho, através de processo eleitoral com abertura de edital de habilitação, com
293 previsão de publicação no Diário Oficial do Estado – DOE/PA até meados de abril. Outra
294 informação foi sobre a realização das Consultas Públicas, referente ao Plano Estadual de
295 Recursos Hídricos, que estão com datas previstas para o dia 21 de maio em Marabá, 28
296 de maio em Altamira, 10 de junho em Belém e 18 de junho em Santarém. **A Sra. Sheyla**



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

297 **Brasil** informou ainda que no dia 25.03.2020 a SEMAS realizará um evento alusivo ao Dia
298 Mundial da Água e no dia 26.03.2020 ofertará minicursos como parte da programação
299 deste evento. A Sra. Silvana pediu a palavra para fazer uma observação sobre o Crachá
300 de Conselheiro que havia sido proposto pela SEMAS, informando, inclusive, que ocorreu
301 registro fotográfico de muitos conselheiros, mas que até o momento, o crachá ainda não
302 foi confeccionado. O Sr. Alan informou que havia sido relatado pela ASCOM da Semas,
303 que ainda faltavam registros fotográficos de muitos conselheiros, para que a confecção
304 dos crachás pudesse ocorrer de forma única, mas informou que a Secretaria daria neste
305 sentido um retorno para o Conselho. Ainda no que Ocorrer, a **A Sra. Sheyla Brasil** leu um
306 documento enviado pelo Presidente Interino do Comitê de Bacia, solicitando prorrogação
307 do prazo de 30 dias úteis para a formação da Secretaria definitiva. Já havia sido
308 conversado com Secretário da SEMAS sobre este prazo para que fosse acatado os trinta
309 dias ou um prazo superior. O Sr. Alan falou que isto deveria ser colocado em votação para
310 aprovação pelo Conselho. Foi colocado em votação e aprovado pelo Conselho. Em
311 seguida o Sr. Haroldo pediu a palavra e solicitou uma avaliação dos Conselheiros para
312 uma situação ocorrida há dois anos na região de Barcarena onde houve um
313 transbordamento de rejeitos com grande impacto ambiental e de repercussão mundial.
314 Segundo ele, as providências tomadas são as que se noticiam pela imprensa e ele pediu
315 ao Conselho que, se possível, e aprovado pela maioria, fosse convocado o responsável
316 por esse processo na SEMAS e um representante da empresa para vir esclarecer ao
317 plenário do Conselho o Status dessa situação, pois o Estado está passando pelo período
318 de chuva e poderia ser surpreendido novamente com o referido problema. **A Sra. Sheyla**
319 **Brasil** colocou em votação a proposta do Conselheiro Haroldo, sendo aprovada por todos
320 e inserida na pauta de uma próxima reunião do CERH, que poderá ser no dia 31/03/2020,
321 mas não sendo possível na mesma, poderá ocorrer em uma reunião extraordinária que
322 seria informada aos conselheiros com antecedência. Em seguida o Sr. Carlos Amaral
323 pronunciou-se a respeito dos crachás para os Conselheiros e pediu agilidade, ao que foi
324 acatado pela **Sra. Sheyla Brasil** que, sem mais nada a discutir, agradeceu a presença de
325 todos e deu por encerrada esta reunião.

Sheyla Cristina da Silva Almeida Brasil
Secretária Executiva do CERH